MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas

Decreto-Lei n.º 44 268

Considerando que o Governo deu o seu acordo para que o XIII Congresso da Associação Internacional de Ensaio de Sementes (I. S. T. A.) se realize em Lisboa, em Maio próximo;

Considerando que se torna conveniente estabelecer as normas administrativas que permitam solucionar os problemas relacionados com o referido Congresso e, bem assim, habilitar a Secretaria de Estado da Agricultura com os meios financeiros necessários;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os trabalhos de organização do XIII Congresso da Associação Internacional de Ensaio de Sementes incumbirão a uma comissão organizadora, cujos membros serão designados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e pelo Secretário de Estado da Agricultura.

§ único. Da aludida comissão fará parte um delegado da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Art. 2.º As despesas a efectuar com a preparação e realização do Congresso, incluindo as relativas ao pessoal técnico e administrativo considerado necessário, serão satisfeitas nas condições que forem aprovadas pelo Secretário de Estado da Agricultura, com a concordância do Ministro das Finanças, em conta de dotação a inscrever no orçamento do Ministério da Economia.

Art. 3.º A comissão organizadora procederá ao levantamento das importâncias necessárias mediante requisições de fundos a enviar à 11.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

§ 1.º As importâncias que não forem imediatamente aplicadas serão depositadas na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, fazendo-se a movimentação posterior por meio de cheques.

§ 2.º As requisições de fundos e os cheques serão assinados pelo presidente da comissão e pelo delegado da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Art. 4.º As despesas realizar-se-ão sem dependência de quaisquer formalidades, carecendo apenas do visto do delegado da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Findos os trabalhos do Congresso, serão as contas respectivas encerradas no prazo de 60 dias e sujeitas aos vistos do Ministro das Finanças e do Secretário de Estado da Agricultura, que, a serem concedidos, legitimam a competente prestação de contas.

Art. 5.º Mediante decreto assinado pelo Ministro das Finanças e pelo Secretário de Estado da Agricultura,

serão promulgadas as alterações orçamentais que se reconheçam necessárias para execução do presente diploma.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Abril de 1962. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira — *Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior* — João de Matos Antunes Varela — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Mário José Pereira da Silva* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Adriano José Alves Moreira* — *Manuel Lopes de Almeida* — *José do Nascimento Ferreira Dias Júnior* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *José João Gonçalves de Proença* — *Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho* — *João Mota Pereira de Campos*.

Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas

Portaria n.º 19 113

As comissões venatórias concelhias abaixo indicadas não estão em condições legais de efectuar despesas em virtude de não terem submetido a aprovação em tempo competente os seus orçamentos ou por estes não terem merecido a aprovação do respectivo governo civil.

Para que nestes concelhos não deixe de ser exercida a necessária acção de fomento e defesa da caça:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Agricultura, que, nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 30 335, de 29 de Março de 1940, e para os fins do § único do mesmo artigo, sejam autorizadas as transferências para a Comissão Venatória Regional do Sul das quantias depositadas nos termos do mesmo decreto e de todas as que se destinam ao fundo especial das comissões venatórias dos concelhos de Batalha, Campo Maior, Elvas, Alpiarça, Cartaxo, Entroncamento, Salvaterra de Magos, Cascais, Mafra, Oeiras, Sobral de Monte Agraço, Vila Franca de Xira, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Sines, Alvitto, Beja, Castro Verde, Ferreira do Alentejo, Ourique, Serpa, Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Lagoa, Lagos, Vila do Bispo, Vila Real de Santo António.

A Comissão Venatória Regional do Sul só poderá aplicar as quantias referidas depois da aprovação do orçamento, que deve ser elaborado de acordo com as disposições legais.

Secretaria de Estado da Agricultura, 4 de Abril de 1962. — O Secretário de Estado da Agricultura, *João Mota Pereira de Campos*.